

BC quer débitos convertidos

São Paulo — O presidente do Banco Central, Francisco Gros, garantiu ontem que o governo brasileiro tem muito interesse na conversão dos créditos de bancos estrangeiros em investimentos diretos no Brasil. Ele considerou «absolutamente essencial» para o desenvolvimento do país as conversões e adiantou que o BC está, inclusive elaborando vários projetos de regulamentação dessas operações, de forma a evitar qualquer «desnacionalização da economia».

Desmentindo informações atribuídas ao diretor da área externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, Gros afirmou que no Brasil «há espaço para todo mundo» e que seria pouco prudente modificar um modelo econômico, fundamentado no capital estrangeiro e nas estatais, «que está dando certo desde o final da Segunda Guerra Mundial».

Antes de viajar para os Estados Unidos, onde participará, junto com o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, da reunião do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional, o presidente do BC se reuniu, na sede do banco, em São Paulo durante mais de duas horas com representantes dos principais bancos brasileiros, quando se discutiu as elevadas taxas de juros e a inadimplência que o sistema financeiro vem sofrendo por causa das dificuldades dos agricultores e dos pequenos e médios empresários.

Sem acordo

Sobre o primeiro item, os seis banqueiros e o presidente do Banco

Central não chegaram a nenhum acordo. Todos garantem, entretanto, que estão fazendo «todos os esforços» no sentido de reduzir a taxa. Em relação à inadimplência praticada por pequenas e médias empresas e agricultores, tanto banqueiros quanto o BC chegaram à conclusão de que alguma coisa tinha que ser feita. Decidiu-se que os bancos utilizarão com mais intensidade a linha especial de financiamento; a antiga linha de redesconto.

Essa linha de financiamento, que é concedido com base no saldo do depósito a prazo do próprio sistema bancário, segundo Antônio de Pádua Rocha Diniz, presidente da Febraban, daria maior liquidez ao mercado, ajudando os bancos a suportar mais facilmente o aumento da inadimplência. A taxa de juros dessa linha especial é de 16% ao ano e o prazo é de 35 dias.

Negociação

Em relação aos temas que serão debatidos na reunião do FMI, o presidente do Banco Central garantiu que será reiterada a posição que já vem sendo defendida pelo ministro da Fazenda: renegociação da dívida por um prazo de, pelo menos cinco anos. Na opinião de Gros não é interessante para os próprios credores a renovação para prazos mais curtos, já que isso, segundo ele, «prejudicaria as exportações brasileiras, afetando também, por consequência, os bancos estrangeiros». Na avaliação de Gros «não é interessante para ninguém virar a mesa nessa altura das negociações».